

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2017. -----

----- Aos quinze dias do mês de Setembro de dois mil e dezassete, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja Mesa foi composta pelo seu Presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º Secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e António Júlio Lopes Pereira, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados municipais: Ana Paula Agostinho Matias, Liliana Carapinha, João Pedro Antunes Osório, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, João Pedro Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Ana Margarida Vences Rosa do Céu e Luís Miguel Sá Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raúl Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão Coutinho e Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Marcaram ainda presença: o Sr. Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os Srs. Vereadores, João Pedro Costa Arraiolos, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Brás Gaspar eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha, eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -

----- **A Ordem de Trabalhos** foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto 2** – Apreciação, discussão e votação do 12.º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro – PSF – Junho de 2017. -----

----- **Ponto 3** – Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. -----

----- **Ponto 4** – Apreciação, discussão e votação da proposta de ata referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30 de Junho de 2017. -----

----- **INÍCIO DA SESSÃO** -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, deu início à sessão eram vinte uma horas, informando que pediram a suspensão do mandato os

deputados da CDU, Henrique Santana e Marco Silva, que estão substituídos pelos deputados, António Júlio Lopes Pereira e Liliana Carapinha. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro período de intervenção do público, solicitando o preenchimento da ficha de inscrição por parte dos interessados, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenções:** O Sr. Presidente da Mesa, deu início ao período antes da ordem do dia, aceitando inscrições para intervenções neste período, concedendo a cada deputado municipal um período de cinco minutos, face ao número de deputados inscritos. -----

----- A Sr.ª Deputada Fernanda Cardigo, referiu-se às atividades da Junta de Freguesia de Alpiarça, desde a realização da última Assembleia Municipal, alegando que este período de férias é sempre um período muito complicado com falta de pessoal mas que mesmo assim ainda fizeram melhorias na cozinha da Escola EBJI, para adaptação da mesma às recomendações da dieta mediterrânica. No mesmo período levaram a cabo três eventos das Festas ao Luar, que contaram com grande número de participantes. Realçou ainda a participação da JF na Festa do Casalinho, no Baile do Emigrante no Frade de Cima, na co-organização do Festival do Melão e na realização da Alpiagra, com a presença de um Stand. Repararam também mais um telhado que estava em risco de cair, numa habitação de uma família, com dois filhos, em carência sócio-económica. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago, disse tratar-se da última assembleia municipal deste mandato e elaborou uma série de críticas ao funcionamento da Assembleia Municipal nestes últimos quatro anos, ao comportamento do seu Presidente, nomeadamente, a falta de gravações vídeo das sessões; e segundo ele o facto dos deputados da oposição serem constantemente interrompidos; mudança de voto após a votação; o papel de liderança da Assembleia assumida muitas vezes pelo Sr. Presidente da Câmara, que o Presidente da Assembleia apenas cumpre ordens do Executivo e que as atas não esclarecem qual o sentido de voto e não refletem cabalmente o que se passa nas Assembleias. -----

----- A Sr.ª Deputada Ana Margarida Céu, usou da palavra alegando que tinha pedido esclarecimentos por escrito sobre o Relatório da CPCJ e que até agora ainda não recebeu

qualquer resposta. Disse ainda que é frequente em Alpiarça faltar a eletricidade entre as sete da manhã e as oito horas e que gostaria de perceber porque é que isso acontece. ---

----- O Sr. Deputado João Pedro Osório saudou o Executivo pelo excelente trabalho feito no Festival do Melão, considerando que foi mais um êxito, que é um mostra dos produtos da nossa terra e que simultaneamente se tem vindo a valorizar o Parque de Merendas do Carril, um espaço que estava praticamente ao abandono e que hoje é um lugar aprazível e utilizado por muitas famílias, como espaço de lazer e convívio. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro, endereçou também os parabéns ao Executivo e aos funcionários da autarquia, pelo seu empenhamento na realização de mais uma edição da Alpiagra, considerando que segundo as críticas positivas que ouviu foi sem dúvida a melhor ou uma das melhores dos últimos anos. Em termos culturais elogiou também a iniciativa que aconteceu este ano e que em sua opinião é de continuar que é o Cinema ao Ar Livre, nas noites de verão. Finalizou a sua intervenção enaltecendo o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo Executivo ao longo destes últimos oito anos, no sentido de sanear e melhorar as finanças municipais, tendo-o feito sem aumento de impostos e sem sobrecarregar como tal a população do concelho. -----

----- O Sr. Deputado Luís Miguel Sá Pereira pediu que fosse dado a conhecer a esta Assembleia Municipal o processo respeitante ao “Acordo de Pagamento de Dívida a Prestações – Operação ALENT – 08 - 0347 – FEDER – 000489 D04”, que foi aprovado na última Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Júlio Pratas disse que estes quatro anos da Assembleia Municipal de Alpiarça, tiveram coisas boas e menos boas e não entende as críticas que foram dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia, que considerou completamente injustas. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro usou da palavra para falar do problema do desnivelamento das tampas de esgotos em relação às estradas, falou do péssimo estado em que se encontra a estrada que vai da Quinta da Torre à Quinta da Lagoalva de Cima e que urge reparar, falou também do prazo que considerou dilatado, da recolha de lixo nas ilhas ecológicas, o que faz com que os contentores fiquem a transbordar, com as inevitáveis consequências. Lamentou que a câmara demore muito tempo a reagir e a cuidar das suas responsabilidades e que só o faça quando começam a aparecer muitos posts nas redes sociais sobre esses assuntos, criticando ainda outras situações, nomeadamente a falta de arranjo do Torreão do edifício da “Câmara Velha”. Mais

criticou o Boletim Municipal. Relativamente ao Festival do Melão e à Alpiagra, considerou que foram duas festas muito agradáveis, mas considerou que não quanto ao primeiro só poderá ser considerado um êxito quando começar a resolver o problema dos meloeiros e da venda dos seus produtos. Quanto à Alpiagra considerou que foi uma boa feira, que foi agradável ter-se mexido nalguns layouts, fazerem-se mudanças, mas que não deixou de ser um evento caro. Finalizou alegando que a Alpiagra só poderá ser considerada um êxito quando se conseguirem trazer forasteiros que façam compras na nossa Feira, que é deverá ser um evento de projeção regional, reconhecendo porém que o Executivo fez um esforço de divulgação publicitária nesse sentido. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu aos Srs. Deputados uma segunda ronda de intervenções para quem quisesse intervir. -----

----- Nova intervenção do Sr. Deputado Mário Santiago, que agora dirigiu as suas críticas para o deputado Júlio Pratas, Secretário da Mesa. Criticando os erros das atas que ele tinha obrigação de evitar. -----

----- A Sr.^a Deputada Fernanda Garnel pediu para lhe fornecerem a lista de deputados que estavam nesta Assembleia quando o Torreão da dita “Câmara Velha” foi deitado abaixo, considerando que consta que já lá vão doze anos. Criticou ainda o facto de alguns deputados falarem muito mais do que o tempo que lhes é concedido, o que prejudica a intervenção dos outros seus colegas deputados. -----

----- A Sr.^a Deputada Ana Paula Matias considerou que a Alpiagra deste ano foi uma das melhores feiras e ao contrário do que foi dado a entender a Câmara de Alpiarça não está falida, falida estava quando noutras Alpiagras se trouxeram cá Tonys Carreiras e Floribelas e nessa altura os deputados da maioria achavam tudo normal e tudo natural e que o dinheiro gasto nunca era muito. Agora que se têm feito esforços notáveis para regularizar a situação de caos financeiro em que a câmara foi encontrada pelos comunistas, estes é que são uns malandros a gastarem dinheiro. -----

----- Nova intervenção do Sr. Deputado Júlio Pratas, que procurou esclarecer que as suas intervenções são de sua autoria e que ninguém o condiciona. -----

----- Concluindo, o Presidente da Mesa informou a deputada Margarida Céu que o seu pedido de relatório foi enviado ao CPCJ e que se aguarda resposta; relativamente às críticas do deputado Mário Santiago, que desvalorizou, dizendo que estava habituado a estas críticas, que até costuma ser mais acintoso, com grandes títulos, mas com pouco

conteúdo, e que nunca dizem o que é que o Presidente da Assembleia fez de irregular, contra o Regimento ou contra a Lei, nem nunca o colocaram em Tribunal, por violar o seu dever de imparcialidade. Mas para não ficar igual a ele, termina sem mais o seu esclarecimento. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e fazer uma ou outra consideração às intervenções dos Srs. Deputados.

----- Relativamente ao que foi dito pela Sr.^a Deputada e Presidente da Junta de Freguesia Fernanda Cardigo, relevou um aspeto que tem sido aqui referido, que é a grande colaboração entre o Município e a Freguesia, através dos serviços na resolução de uma série de problemas, nomeadamente na recuperação de edifícios, manutenção das escolas e de outros equipamentos coletivos, de trabalhos de limpeza, dando nota da satisfação do Executivo na realização conjunta do Festival do Melão com a Junta de Freguesia e na participação desta na Alpiagra. -----

----- Sobre as intervenções do Deputado Municipal Mário Santiago, disse que nunca pretendeu aqui assumir outro papel que não fosse o seu, o de Presidente da Câmara Municipal e nunca o de Presidente da Assembleia Municipal, que aqui tem sido corretamente desempenhado pelo prof. Fernando Louro. -----

----- Relativamente aos micro cortes de energia elétrica a que a Sr.^a Deputada Margarida Faz alusão, referiu que foram pedidas explicações e soluções para o problema à EDP e que o que foi respondido é que os mesmos se devem ao pousar e levantar repentino de bandos de milhões de estorninhos, o que pode até parecer uma coisa absurda e pouco credível, mas que há vídeos e fotografias desses factos. -----

----- Relativamente ao que foi solicitado pelo Sr. Deputado Miguel Sá Pereira, prometeu enviar o referido processo ao Sr. Presidente da Assembleia, para que seja distribuído aos senhores deputados municipais, sendo certo que setenta por cento do valor das devoluções dizem respeito às primeiras despesas feitas na obra do Museu dos Patudos e ao tempo do último mandato do Partido Socialista e trinta por cento das devoluções dizem respeito ao valor de todas as despesas restantes da obra, já no tempo do mandato CDU, o que se reflete numa proporção completamente inversa. -----

----- Agradeceu o conjunto as intervenções dos senhores deputados da CDU que que são lisonjeiros para a ação do Executivo Municipal. -----

----- De seguida respondeu ao Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, informando que a responsabilidade pela reposição do nivelamento das tampas de esgotos, cabe às Águas do Ribatejo no que toca aos esgotos domésticos e à Câmara Municipal no que toca aos esgotos pluviais. Concordou que há situações que vão sendo corrigidas e outras que se agravam devido também à passagem de trânsito pesado, disse não se comprometer com uma data para a resolução de todas as situações, mas que é um problema constante e com vários anos que se vai resolvendo à medida do agravamento das situações. Quanto à recolha dos lixos recicláveis disse que é um trabalho da responsabilidade da Ecolezíria e que é a empresa que faz a avaliação das melhores datas para a recolha dos resíduos, havendo ecopontos que enchem mais rápido do que outros e havendo também má utilização dos ecopontos por parte de alguns utentes. Quanto à limpeza de espaços é um assunto que está sempre na ordem do dia e pelo qual há sempre uma enorme preocupação por parte de eleitos e funcionários. Mais, defendeu que se há queixas sobre o Boletim Municipal, só podem ser por não ter sido feito maior número de publicações e não pelo seu excesso, e que apenas lamenta que a Câmara não tenha meios financeiros de fazer maior divulgação das atividades municipais como o fazem outros municípios. Defendeu também que tanto o Festival do Melão como a Alpiagra correram muito bem e que o Festival do Melão foi divulgado em direto por um canal de televisão para Portugal e para o mundo, com tudo o que isto representa para o concelho. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu início a este período. -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação deste documento, e deu nota de algumas informações que não estão neste relatório, nomeadamente uma reunião que ocorreu com dois administradores executivos dos CTT em Lisboa, e em que nos foi garantido que não havia intenção da empresa de encerrar a Estação de Correios de Alpiarça. Informou que há um projeto para construção de uns novos Balneários no Estádio Municipal e que em parte serão executados por administração direta da Câmara e com a atribuição de alguns trabalhos por empreitada, sendo alugados

durante a execução da obra alguns contentores temporários para o efeito. Informou também que estão a decorrer as obras de ampliação e remodelação do Jardim Municipal, sendo que houve um período de interrupção da obra, havendo a prorrogação do prazo de termo da mesma. Finalizou informando que a candidatura de remodelação do Mercado Municipal foi aprovada há três ou quatro dias e que será participado a 85% e logo que haja condições serão lançados os procedimentos concursais para a execução da obra. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse acreditar que a estação dos CTT pode não fechar de imediato, mas acredita que com os serviços divididos por uma loja e por um posto, acabe por encerrar mais ano, menos ano. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago considerou que este relatório de atividades da câmara, não tem nada de essencial que trate do futuro de Alpiarça, que traga investimento, como por exemplo reuniões com empresários, participação em feiras, participação em congressos de investidores, é um relatório em que as principais atividades são quase exclusivamente festas, encontros gastronómicos e convívios. Criticou o facto do Sr. Presidente até hoje nunca ter levantado o véu sobre o que espera para o futuro de Alpiarça, mandando as culpas sempre para trás, para executivos anteriores do PS e não vindo da parte da bancada deste partido, desde há um ano para cá, uma reação a estas acusações. Realçou ainda que há cerca de um mês saiu o Anuário dos Municípios Portugueses, onde se pode ver que Alpiarça foi o concelho do país que menos investiu, ou seja ficou no último lugar do ranking. Finalizou acusando o Sr. Presidente da Câmara de ser o responsável por esta falta de investimento no concelho e de nunca ter respondido às perguntas da oposição sobre esta matéria e se o faria hoje. --

----- O Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão deste deputado, respondeu que olhando para a realidade e para os papéis cada um vê o que quer ver, afirmou que ainda há pouco deu nota de uma captação de investimento para o concelho de cerca de 400.000 euros, a empresa Texsa Suprema instalada na Zona Industrial e que tem vindo a aumentar a sua produção e a capacidade de exportação e que tem estado a tratar com a Câmara a possibilidade de aquisição de Lotes. Finalizou alegando que estamos em plena campanha eleitoral e que em termos de programa eleitoral a CDU sempre tem apresentado programas eleitorais com visões do futuro para Alpiarça e que também já se tem trazido este assunto do Futuro de Alpiarça a várias Assembleia Municipais e quanto

ao investimento todos sabem, embora não o queiram aceitar, que o pagamento da dívida que foi herdada, a impossibilidade de contratação de novos empréstimos e o atraso na Agenda 2020 impossibilitam um maior investimento em Alpiarça. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação do 12.º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro – PSF – Junho de 2017.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara no uso da palavra disse que é o 12.º Relatório que vem a esta Assembleia, que são seis anos de PSF, aquilo que é trazido são sobretudo os dados essenciais sobre o cumprimento deste Plano e a nota geral de que os objetivos traçados pelo Plano de Saneamento Financeiro, aprovado em Abril de 2011, estão a ser cumpridos, pese embora o facto de não estarem a ser obtidas todas as receitas previstas, sobretudo no que diz respeito à alienação de património. Opinou que se tem vindo a fazer a necessária contenção da despesa e a opção do município de manter o IMI à taxa mínima resulta de uma cobrança anual de cerca de menos 400.000,00 € relativamente àquilo que seria cobrado se tivéssemos a cobrar pela taxa máxima, o que resulta numa falta de encaixe de 2 milhões de euros em 5 anos, e que naturalmente se traduziriam em investimento. Depois deu a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação esquemática deste Relatório. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos disse que este é um documento essencialmente técnico que explana todo o movimento do município em relação ao PSF, que fez em Abril 6 anos e que faltam cerca de 5 anos e meio para completar. Pretende-se fazer uma comparação com o período homólogo do ano transato. Relativamente à contenção da despesa com pessoal, verificou-se uma variação negativa, considerando que é quase impossível fazer uma maior contenção de desta despesa. Relativamente a despesas correntes também houve uma diminuição de mais de 6%, reduziu-se o valor pago em juros e moras tendo em conta a redução da taxa de juro e também a redução do valor em dívida. Até à data houve uma redução do passivo de 4,6 milhões de euros o que corresponde a 33,2% de dívida total desde o ano de implementação do PSF, continuando a este nível a cumprir com o que estava definido. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro referiu-se ao IMI e considerou que embora sob proposta da Câmara, a Assembleia Municipal aprovou a taxa de mínima de IMI que é de 0,3%, mas como houve uma brutal reavaliação de imóveis, a Câmara continua a

arrecadar muito mais IMI que arrecadava anterior e considerou que embora haja a possibilidade das câmaras municipais aumentarem o IMI para a taxa máxima que é de 0,5 %, num concelho como o nosso não é aconselhável pensar em tal coisa. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago disse que ao contrário do que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção, que parecia que ele (Mário Santiago) se tinha esquecido das circunstâncias em que foi aprovado o Plano de Saneamento Financeiro, disse que não se esqueceu e que há oito anos votou a favor desse Plano e que também não se esqueceu das circunstâncias difíceis em que esse plano foi aprovado, não se esqueceu da situação financeira de rutura em que o PS deixou a Câmara, em que não “havia dinheiro para mandar cantar um cego” e ninguém fiava à Câmara e que apenas o Banco Santander aceitou fazer o empréstimo e que nem a Caixa Geral de Depósitos quis assumir o risco e apoiar a Câmara de Alpiarça. A sua crítica vai no sentido do não cumprimentos dos pressupostos em que assentou o PSF, porque cada vez há menos empresas e menos pessoas em Alpiarça. Finalizou opinando que sem aumento de receita e com défice anual de dois milhões de euros e com uma gestão miserabilista que este município tem, há-de haver uma altura em que a Câmara Municipal vai ter de pensar em propor o aumento do IMI. -----

----- A Sr.^a Deputada Margarida Céu colocou duas questões, uma relativamente ao código 01.01.07 em que o valor das remunerações de pessoal em regime de avença tem vindo a aumentar, e também aos aumentos que se têm vindo a repetir no código 04.08. -

----- O Sr. Presidente da Câmara relativamente ao que foi dito pelo Sr. Deputado Mário Santiago, disse não concordar que a gestão da Câmara seja uma gestão miserabilista, é sim uma gestão que é feita sobre uma situação miserável em que encontrámos as finanças da câmara e que é injusta até na lógica da sustentabilidade e do respeito pela autonomia das novas gerações e dos novos ciclos eleitorais e que é gastar tudo e não deixar nada para os que vêm a seguir e não é isso que a gestão CDU está a fazer agora é exatamente o contrário. Com a agravante que esta situação miserável em que encontrámos as finanças municipais, foi num dos períodos mais negros da nossa história recente em que inclusivamente houve uma intervenção estrangeira para evitar que o país caísse numa banca rota e que limitou a soberania do nosso país durante vários anos. Frisou que tem havido crescimento económico, houve novas atividades que se instalaram, e aumento e diversificação de atividades. É preciso ter em conta que o

desemprego em Alpiarça está abaixo da média da região, muito abaixo da média nacional, quase metade dessa média. Informou que em termos de CIMLT Alpiarça é o 4.º município menos mau em matéria de desemprego. -----

----- Quanto à questão do IMI levantada pelo Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, opinou que embora aprovada pela Assembleia Municipal, a taxa de IMI é proposta pelo Executivo e que tem ao longo dos anos vindo a ser aprovada por unanimidade e quer se admita quer não, quer as pessoas se apercebam quer não, e como já hoje aqui disse, o Município de Alpiarça deixou de receber 2 milhões de euros de IMI, uma verba é investida nos alpiarcenses e que não é investida em infraestruturas ou outras áreas da atividade municipal, ficando nas poupanças individuais dos srs. Munícipes, que é uma situação que tende a ser desvalorizada, mas que é notada e de maneira por munícipes que possuem casa noutros municípios onde é cobrada a taxa máxima. -----

----- O Sr. Vereador João Pedro respondendo às questões colocadas pela Sr.ª Deputada Margarida Céu, opinou que o aumento de despesas com o pessoal avençado não é tão elevada quanto isso, mas que corresponde à impossibilidade de contratar outro tipo de pessoal a termo certo ou mesmo sem prazo, levando a que se contratem pessoas em regime do chamado “recibo verde”, ou seja em prestação de serviço. Em relação à segunda questão tem a ver com a diferença de contabilização dos CE-I, dos CE-I+, dos POC e dos PEPAL, que estavam contabilizados em pessoal em qualquer outra situação até 2012 e que desde 2013 passaram a ser contabilizados em transferências correntes para as famílias. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), três votos contra da bancada do PS e três abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

-----INTERVALO-----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento.** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que o ponto está prejudicado porque não deu entrada na Mesa qualquer documento nestes termos. -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da proposta de ata referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30 de Junho de 2017.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que nesta ata havia necessidade de emendar o nome de alguns deputados presentes e ausentes e solicitou que nesta parte a redação da ata fosse feita de acordo com as gravações do que foi dito por si logo no início da sessão a que a ata se refere, e onde são referidas as presenças, as ausências e as respetivas substituições. Em relação à votação da ata a mesma pode ser efetuada por onze deputados e passou a enunciar os seus nomes. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago referiu que não tinha especial interesse em criticar as pessoas apenas por criticar, mas que no caso concreto da redação das atas, todos sabemos que elas são redigidas por um funcionário da autarquia, mas que compete ao 1.º Secretário Sr. Júlio Pratas conferir se há ou não irregularidades nas atas e no caso presente ele não se dignou sequer ler a ata, quanto mais corrigi-la.-----

----- **Votação do Ponto:** A ata foi aprovada por unanimidade. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao segundo período de intervenção do público, solicitando o preenchimento da ficha de inscrição por parte dos interessados, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

----- A munícipe Sr.ª Anabela Feliciano Costa usou da palavra para se congratular sobre o modo como decorreu esta Assembleia Municipal, considerando que a mesma decorreu com dignidade, que não houve atropelos à ordem, que todos puderam falar e exprimir as suas opiniões, o que como se sabe não se verificava há dois mandatos atrás, em que se procedeu à alteração do Regimento para que o público pouco ou nada pudesse dizer e onde inclusivamente chegou a ser chamada a Guarda Nacional Republicana. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e trinta e um minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -

----- Presidente _____

----- 1º Secretário _____

----- 2º Secretário _____